

A formação dos circuitos turísticos mineiros: uma política pública descentralizada e democratizante?

Luana Emmendoerfer¹

Luís Filipe Trois Bueno e Silva²

Magnus Luiz Emmendoerfer³

Poty Colaço Fonseca⁴

Resumo

O objetivo deste trabalho é analisar a formação dos circuitos turísticos como política pública para o desenvolvimento do turismo em Minas Gerais, na óptica da governança sociopolítica, no contexto das necessidades contemporâneas de democratização de todos os modos de práticas socioeconômicas que afetem a vida comunitária. Entre as principais contribuições deste artigo, destaca-se a caracterização da formação e governança sociopolítica dos circuitos turísticos em Minas Gerais, a qual se apresenta híbrida diante das ações de regionalização do estado. Percebe-se também que a descentralização proposta pelo atual governo favorece a forma de administração e organização da política pública estadual do turismo, no que diz respeito à diminuição das disfunções da burocracia e à autonomia da realização das ações voltadas ao turismo, com o apoio do setor privado na participação do desenvolvimento local integrado e sustentável.

Palavras-chave: desenvolvimento turístico, circuitos turísticos, sociedade civil, política pública, democratização

Abstract

The aim of this work was to analyze the formation of the Touristical Space while a public policy for the development of the tourism in Minas Gerais under the optics of the social political policies in the context of the contemporanean needs for democratization of all the actions which affects the communitarian life. The main contributions of this article, it is distinguished a characterization of the formation of the tourist circuits in Minas Gerais, as well as its social political policies, which are here presented as hybrid policies towards the actions of regionalization of the State. One also perceived that the decentralization proposal for the current government contributes to the form of administration and organization of the state public politics of the tourism, in what it concerns to the reduction of bureaucracy's anomalies and autonomy of the accomplishment of the actions related with the tourism, parallel to the support of the private sector in the participation of the local integrated and sustainable development.

Key-words: touristical space, democracy, tourism development, civil society, public policy

¹ Pós-graduanda em Desenvolvimento Regional/UFPR. E-mail: luaemme@brturbo.com.br. Endereço: Rua Radialista Carlos Alberto Campos, 232 – Trindade – Florianópolis – Santa Catarina CEP: 88040-460

² Mestre em Teoria e Filosofia do Direito/UFSC. E-mail: luisfilipebueno@yahoo.com.br. Endereço: Rua Hermógenes Manoel dos Santos nº 59/05 – Carvoeira – Florianópolis – Santa Catarina CEP: 88040-652

³ Doutorando em Sociologia e Política/UFMG. E-mail: magnus@ufv.br. Endereço: Rua Afonso Pena, 23 – Centro – Viçosa – Minas Gerais CEP: 36.570-000

⁴ Mestranda em Economia Doméstica/UFV. Email: potys@hotmail.com. Endereço: Rua Afonso Pena, 23 – Centro – Viçosa – Minas Gerais CEP 36.570-000

1. Panorama inicial

No Brasil, a crise do estado desenvolvimentista coincidiu com a transição democrática no início da década de 1980. Nesse período, o debate político colocou a democratização da vida política brasileira e a efetiva construção da cidadania no centro da agenda política nacional. A esse respeito, as preocupações surgidas nas discussões que conduziram à Constituição federal de 1988 puseram a tônica nos direitos de cidadania, na descentralização política e no fortalecimento do poder local (SANTOS, 2002). Essas questões conduzem modificações, de um lado, nas práticas das políticas públicas, e de outro, no significado das ações sociocoletivas.

No tocante às ações coletivas, os atuais formatos da relação estado e sociedade reúnem processos de participação ampliada, a luta em torno das reivindicações e carências populares, bem como a defesa dos direitos constitucionais recentemente adquiridos (PEREIRA, 2000). Para Avritzer (2002, p. 573), “o reconhecimento da importância da participação das associações civis no processo de planejamento urbano foi uma das heranças da Constituição de 1988 e levou a mudanças institucionais importantes em nível local”.

Nesse sentido, a Constituição de 1988 propõe uma transformação significativa na concepção mesma da política pública brasileira, resgatando seu sentido social, fazendo emergir novas práticas de gestão, que acarretem a participação da população na elaboração dos planos, associadas ao compromisso do poder público em assegurar um determinado nível de bem-estar coletivo. Um dos exemplos mais significativos dessa tendência pode ser observado no setor turístico municipal (EMMENDOERFER e EMMENDOERFER, 2004). Assim, o pressuposto desta pesquisa foi que essas modificações estejam ocorrendo também no atual desenvolvimento turístico de Minas Gerais (MG) por meio dos circuitos turísticos, considerados a principal ação política direcionada pela Secretaria de Estado de Turismo — SETUR —, a qual está associada ao Plano Nacional de Turismo — PNT.

Entende-se que essa política pública do turismo, em MG, foi idealizada, a partir de 1999, com a criação da SETUR e revitalizada com a criação do Ministério do Turismo, em 2003. A política dos “circuitos turísticos” foi concebida como o meio de tornar mais abrangente e interligado o trabalho do turismo em MG que era, até então, restrito a destinos turísticos segmentados. Tal política passou a estruturar a atividade turística nas esferas municipal e regional, buscando atrair mais turistas para determinada região, bem como estimular a permanência ali por um tempo maior e, conseqüentemente, movimentar o comércio e os serviços turísticos de forma regionalizada, de modo a se tornar menos local e restrita a ponto de beneficiar apenas alguns municípios tradicionalmente turísticos.

A idéia de agruparem-se municípios em circuitos turísticos nasceu da necessidade de explorar melhor o potencial do estado nesse setor. No final dos anos 1990, à medida que se estimulavam as tradicionais cidades e localidades turísticas de Minas a promover uma revisão de seus posicionamentos e ações em relação ao turismo, vislumbrava-se a geração de oportunidades também para os municípios vizinhos que passariam não só a explorar suas respectivas potencialidades, mas também a contribuir para a diversificação da atratividade e/ou da infra-estrutura turística de suas regiões.

Assim, a organização do espaço turístico estudado encontra-se no meio público com base numa política pública que interage com as bases locais e conta com a participação ativa da

sociedade no desenvolvimento local integrado e sustentável. Desse modo, entende-se que a construção da política pública de turismo, baseada em premissas da Constituição de 1988, relacionadas com a descentralização e a regionalização, fez nascer os circuitos turísticos em MG. Essa política vem-se tornando expressiva no estado com o desenvolvimento de ações definidas pelos municípios, trazendo, assim, o aperfeiçoamento para o modelo de regionalização do turismo no País.

Dessa forma, o objetivo norteador deste trabalho foi analisar a formação dos “circuitos turísticos” como política pública para o desenvolvimento do turismo em Minas Gerais na óptica da governança sociopolítica.

Para alcançar esse objetivo, o delineamento metodológico deste trabalho considerou o período de 1999 a 2005, contando, para a sua operacionalização, com a caracterização da política, dos agentes envolvidos e de suas articulações para o desenvolvimento sustentável do turismo em MG. Nesta pesquisa, os agentes descritos foram, de um lado, a SETUR representando o estado, e, de outro, as organizações civis, entre elas o SEBRAE/MG (Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Minas Gerais) como um agente de investimento social privado, que compõe os circuitos turísticos, representando a sociedade. A coleta de dados fez uso principalmente de documentos de expediente e de acervo obtidos na SETUR, os quais foram analisados à luz de mecanismos (relatórios, convênios, normas, metodologias próprias) que legitimassem a atuação e a relação entre o estado e a sociedade no desenvolvimento dos circuitos turísticos. Na apresentação dos dados coletados, a análise deles contou com o suporte de teóricos, ligados às discussões sobre turismo, políticas públicas e movimentos sociais na contemporaneidade. Isso enriqueceu a descrição do trabalho, bem como apontou reflexões sobre as questões traçadas no início desta pesquisa.

2. A relação estado e sociedade no desenvolvimento turístico

Neste trabalho, a discussão sobre o formato da relação estado e sociedade para o desenvolvimento de políticas públicas do turismo em Minas Gerais considerou duas seções fundamentais: (1) a estrutura organizada pelo estado, advinda do surgimento da SETUR e dos primeiros passos para a criação de uma política pública descentralizada para o turismo mineiro; (2) a participação da sociedade na formulação e execução da política pública.

2.1 A estrutura para o turismo em Minas Gerais

2.1.1 O surgimento da Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais — SETUR

Em 28 de outubro de 1999, o governo do estado de Minas Gerais, por meio da Lei n.º 13.341, criou a primeira Secretaria para tratar exclusivamente do turismo no estado, denominada SETUR, quase quatro anos antes de ter um apoio oficial no âmbito federal, como aconteceu em 2003 com a criação do Ministério do Turismo (MTur). Acredita-se, com base nas discussões de Dias (2003), que a criação do MTur revela uma aproximação com as premissas da primeira articulação política nacional de turismo realizada pela COBRATUR — Comissão Brasileira de Turismo em 1960.

Assim, a SETUR tem por finalidade “planejar, coordenar, fomentar e fiscalizar o turismo, objetivando a melhoria da qualidade de vida das comunidades, a geração de emprego e renda e a divulgação do potencial do estado” (art. 19 da Lei n.º 13.341, de 28 out. 1999).

A criação da SETUR deu início à elaboração de uma política pública de turismo baseada na descentralização, semelhante à forma de estrutura organizacional discutida por Beni (2001). Segundo esse autor, existem duas formas (centralizada e descentralizada) de entidade oficial adotadas pelo órgão nacional de turismo. Essas formas influem na estrutura organizacional, ou seja, na estrutura orgânico-funcional das atividades e dos aspectos normativos que orientam os esforços, tanto públicos quanto privados, para o desenvolvimento harmônico da atividade turística no âmbito regional. A forma centralizada, criada pelo estado em sua estrutura administrativa, possui melhor adaptação das políticas de condução do setor, porém tende a diminuir sua eficiência, em consequência da lentidão da tomada de decisões pelo setor público. A forma descentralizada é constituída pelo próprio estado por meio de lei, com autonomia técnica e administrativa, com vínculo de subordinação a um ministério.

Nesse sentido, a SETUR foi constituída pelo governo de Minas Gerais, por meio da lei supracitada, e pautada na descentralização — com autonomias técnica e administrativa e vínculo de subordinação a um ministério — e na regionalização — com a participação ativa da sociedade para definição das prioridades necessárias ao desenvolvimento do turismo. A participação da sociedade estabeleceu-se por meio de uma metodologia de indução ou estímulo para que as comunidades localizadas em determinados espaços geográficos se envolvessem de modo ativo e consciente, como será observado, mais adiante, nas seções.

2.1.2 A gênese da política pública descentralizada para o desenvolvimento do turismo em MG

Antes da criação da SETUR, trabalhava-se apenas com os destinos turísticos das cidades históricas e termas (SETUR, 2002). Essa aparente limitação de dois destinos (produtos turísticos) precisava ser readequada. A revitalização vem-se dando por meio da institucionalização e estruturação dos circuitos turísticos. Especificamente, sua institucionalização ocorreu com o Decreto n.º 43.321, de 8 de maio de 2003, que dispõe sobre o reconhecimento dos circuitos turísticos e dá outras providências. Já sua estruturação vem seguindo as diretrizes do Plano Nacional de Turismo — PNT (MTur, 2005) e do Programa Regional de Turismo — PRT (SETUR, 2005b).

A Superintendência de Política e Fomento do Turismo é o setor, segundo o art. 20 do Decreto n.º 43.231/2003, que administra os circuitos turísticos por meio das Diretorias: Planejamento Turístico e Estatística, Descentralização, *Marketing* e Projetos. Nesse setor, há 18 colaboradores; no entanto a SETUR totaliza 135 colaboradores (servidores, estagiários e funcionários terceirizados). É de competência da SETUR formular e coordenar a política estadual de turismo, bem como os planos e programas para o setor, inseridos na política estadual, incentivando e apoiando os projetos para promoção, divulgação e desenvolvimento do turismo em Minas Gerais. Para tanto, a SETUR definiu uma linha de atuação para o desenvolvimento de seus municípios, que se convencionou chamar de circuitos turísticos.

Dessa forma, por meio da estrutura organizacional apresentada, os circuitos turísticos caracterizam-se como a atual política pública de turismo do estado de MG, a fim de aumentar a permanência e o fluxo de visitantes nas regiões, mas, principalmente, promover a descentralização e a regionalização das ações, encurtando as distâncias criadas pelo estado e pelos municípios de cada região. Essas são as principais expectativas de contribuição da política dos circuitos turísticos.

Com a criação da Secretaria de Estado de Turismo, em 1999, passou-se a ter então um grande incentivo para colocar em prática uma política descentralizada voltada para esse setor. Como facilitador, o estado responsabilizava-se pela criação do projeto dos circuitos turísticos. O governo federal aparecia como grande incentivador, enquanto a iniciativa privada surgia como parceira e investidora, e a comunidade local ajudava na deliberação, execução e conscientização para o turismo na região. Percebe-se que a estrutura da SETUR e a forma de articular a política pública para o turismo implicam um modo de ação pública diferenciada e atual, pois se referem a “mudanças na natureza do estado, que deixa de ser hierárquico e bipolar e se organiza em múltiplos níveis institucionais e numa multipolaridade de centros de decisão” (AVRITZER e PEREIRA, 2005, p. 20).

Há ainda a destacar-se que por meio da criação do MTur, em 2003, a gestão pública do turismo passou a promover a descentralização propriamente dita, por meio do Plano Nacional de Turismo — PNT — que privilegiava as parcerias entre os governos federal, estadual e municipal, estimulando os roteiros integrados e os consórcios de cooperação, potencializando, assim, as diferenças regionais. Nesse contexto, o estado de Minas Gerais, por meio de ações realizadas e voltadas ao desenvolvimento integrado e sustentável do turismo, já se inseria em um estágio avançado no referido Programa de Regionalização do Turismo — PRT —, com base na estruturação e diversificação da oferta turística (Macroprograma 4), por meio do Programa de Roteiros Integrados

Em relação às diretrizes operacionais do PRT em Minas Gerais, em 2003, embora cada circuito turístico se encontrasse em um estágio diferenciado, a maioria já estava iniciando o módulo 4 — ou seja, Elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional, já tendo constituído as etapas: 1. Sensibilização; 2. Mobilização — que ainda são retomadas sempre que necessário com palestras e oficinas; e 3. Institucionalização de Instância de Governança Regional — realizada pela formação da Associação/Conselho de cada Circuito Turístico. No ano de 2005, a SETUR classificava sua regionalização no início do módulo 6 — Roteirização Turística —, com início de formatação de roteiros integrados nos circuitos turísticos mais organizados, mas ainda tendo de adequar e reformular alguns pontos nos módulos passados, como o módulo 5 — Implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional, que vem sendo realizado por meio de parcerias, como será ilustrado mais adiante com o SEBRAE/MG.

Seguindo as diretrizes dos circuitos oficiais lançados pelos governos federal e estadual por meio do Decreto estadual n.º 43.321, circuito turístico é o conjunto de municípios de uma mesma região, com afinidades culturais, sociais e econômicas que se unem para organizar e desenvolver a atividade turística regional de forma sustentável. Isso ocorre pela integração contínua das comunidades dos municípios, consolidando uma identidade regional, em função de interesses e possibilidades de explorar turisticamente seus respectivos patrimônios históricos, culturais e naturais, assim como outros bens afins. É indispensável que pelo menos um desses municípios disponha de uma infra-estrutura

turística básica necessária para receber turistas, de modo que, com base nisso, possam fortalecer-se os demais atrativos ao redor, criando-se uma cadeia produtiva do turismo. (EMMENDOERFER, 2005).

Para a SETUR (2002), um circuito turístico pode:

- Potencializar os esforços para promover o desenvolvimento turístico sustentável por meio de parcerias e associações de diferentes naturezas jurídicas (assunto que será mais bem discutido na próxima seção);
- Buscar meios para capacitação profissional no setor com convênios (como os dos SEBRAE, SENAC e Instituto de Hospitalidade);
- Aumentar o fluxo e a permanência do turista na região;
- Preservar e resgatar os patrimônios culturais e naturais;
- Melhorar a qualidade de vida do município e o atendimento ao turista.

Tal melhoria vem ocorrendo por meio de encontros de sensibilização organizados pela SETUR, universidades parceiras e Associação dos Circuitos Turísticos, com presidentes e gestores dos circuitos turísticos, os quais são responsáveis por detectar possíveis projetos turísticos sustentáveis que permitam a arrecadação de recursos visando manter a sede do circuito, o trabalho do gestor e a promoção turística do circuito.

Assim, Minas Gerais, por meio dos circuitos turísticos, procurou atingir os seguintes objetivos do PRT, criados pelo MTur:

- Ampliar e qualificar o mercado de trabalho;
- Dar qualidade ao produto turístico;
- Diversificar a oferta turística;
- Estruturar os destinos turísticos;
- Ampliar o consumo turístico no mercado nacional;
- Aumentar o tempo de permanência e gasto médio do turista.

Para tanto, a SETUR (2005a) propôs seus próprios objetivos baseados na proposta indicada pelo MTur por meio do PRT, buscando consonância para o projeto de criação dos circuitos turísticos que podem ser relacionados com ferramentas que Dias (2003) utiliza para a construção de uma política municipal de turismo, conforme Quadro 1.

Quadro 1 — Objetivos e ferramentas para a construção de uma política pública de turismo — o caso da SETUR e dos circuitos turísticos

OBJETIVOS — SETUR (2005a)	FERRAMENTAS DE PLANEJAMENTO — DIAS (2003)
<ul style="list-style-type: none">• Criar novos destinos turísticos no estado de Minas Gerais;• Desenvolver o turismo regional de forma sustentável;• Resgatar, valorizar e preservar todo o patrimônio histórico, cultural e natural;	<ul style="list-style-type: none">• Identificar um modelo turístico baseado nas características dos recursos turísticos, oferta atual, mercados emissores, equilíbrio da exploração dos atrativos, considerando a urbanização e o grau de organização do território, em relação ao patrimônio e à paisagem urbana, respeitando a identidade cultural e a premissa da sustentabilidade.
<ul style="list-style-type: none">• Incentivar todos os segmentos da cadeia produtiva;• Aumentar o fluxo e a permanência do turista, gerando renda e empregos (diretos e indiretos).• Incorporar a sociedade em um planejamento integrado, valorizando o turismo regional;	<ul style="list-style-type: none">• Criar uma “cultura turística” na comunidade local, por meio de campanhas de conscientização turística, iniciando nas escolas, e mostrando à comunidade o papel do turismo como gerador de renda e empregos.
<ul style="list-style-type: none">• Movimentar e aumentar a arrecadação dos municípios e, conseqüentemente, a do estado;• Descentralizar as políticas de desenvolvimento do segmento turístico.	<ul style="list-style-type: none">• Gestão do turismo na escala local, compartilhando responsabilidades entre o setor público e o setor privado, visando o bem-estar da comunidade local e a sustentabilidade dos recursos.

Fonte: Adaptado de Emmendoerfer (2005, p. 60).

Nota-se que, com relação aos objetivos e às ferramentas para a construção de uma política pública de turismo, apresentados no quadro acima, pode-se concordar com Beni (2001, p.177) que, para a SETUR, ao implantar a política pública dos circuitos turísticos, será importante o processo de planejamento por meio “do ‘pensar` (plano), do ‘fazer` (projetos, programas), do ‘executar` (preservação, conservação, utilização e ressignificação [sic] dos patrimônios natural e cultural e sua sustentabilidade), do ‘reprogramar` (estratégia) e do ‘fomentar` (investimentos e vendas) o desenvolvimento turístico [...]”.

Dessa forma, para que esses objetivos fossem atingidos era necessário o estado requerer o apoio e a participação da sociedade para viabilizar a política pública de modo mais democrático e legítimo por meio de parcerias com organizações do Terceiro Setor visando à sustentabilidade das comunidades e de seus municípios, como será discutido na próxima seção.

2.2 A participação da sociedade nos circuitos turísticos — MG

2.2.1 Formulação dos circuitos turísticos — MG: um espaço democrático?

As oficinas participativas foram as ferramentas de um processo de sensibilização e despertar do próprio poder público e das comunidades locais. Foi com base nelas que aconteceu o engajamento com responsabilidade de todas as lideranças locais, tanto no planejamento e priorização das ações, quanto na execução das propostas (ION, 1997). As primeiras oficinas participativas iniciaram-se em fevereiro de 2001, ainda na gestão estadual passada (1999/2002), para a construção da política pública de turismo em Minas Gerais. Ao final dessa gestão, foram realizadas 54 oficinas, atingindo mais de 400 municípios localizados predominantemente na região sul do estado e muitos pertencentes

ao trecho da Estrada Real (quase metade do total), contando com a participação direta de mais de 3 (três) mil pessoas (SETUR, 2005). Vale comentar que os municípios que não se envolveram ou não se associaram em circuitos turísticos perderam poder ou, até o momento, não se beneficiaram, por meio de recursos, no mesmo grau daqueles que haviam sido cooptados pela SETUR.

O eixo central das oficinas era a organização regional para o desenvolvimento turístico sustentável com a participação de representantes dos municípios, de diversas áreas públicas (secretarias e prefeituras) e privadas (universidades e associações de classe e comunitárias, como associação de moradores). As oficinas tinham a duração de dois dias, apresentando uma palestra do secretário de estado de Turismo, assim como a presença e permanência dele em todas as oficinas. Isso foi fundamental para dar credibilidade ao projeto. A palestra focava a organização regional e a cadeia produtiva do turismo. Assim, com base nas orientações da palestra, os municípios dividiam-se em grupos de acordo com as afinidades culturais, sociais, econômicas e as limitações geográficas.

Essa metodologia das oficinas participativas foi adotada como tentativa de inverter a antiga concepção de administração centralizada, em que, normalmente, a comunidade recebia algum ensinamento de um corpo técnico, que desconhecia a realidade local. Com tal enfoque, o trabalho buscou discutir, de modo transparente, a atividade turística explorando a experiência de cada município e contextualizando-o regionalmente. Os participantes destacavam a importância do turismo em seus municípios, os pontos fortes e fracos, os entraves e as oportunidades, a regionalização como opção para o desenvolvimento turístico sustentável, o papel de cada participante, as parcerias, as prioridades, e os próximos passos para implementação do processo. Finalizando, foram realizadas plenárias nas quais todos os participantes se reuniam novamente para apresentação dos resultados de cada grupo.

Conforme relatório das atividades realizadas pela SETUR (2002), é importante mencionar que, durante as discussões, a visão paternalista dos participantes de que o estado era o grande responsável por todas as ações e soluções para o desenvolvimento turístico era predominante. Ao finalizarem-se os trabalhos, os grupos conseguiram enxergar que 80% das ações e atividades a serem desenvolvidas dependiam inteiramente do poder público local, da iniciativa privada e da própria comunidade. Isso é reafirmado por Dias (2003) quando destaca que o planejamento regional só é possível até o momento que o seu desenvolvimento se dá sob o controle de agentes que não necessariamente estão vinculados ao estado. Além disso, percebe-se que a composição dos circuitos turísticos estimulava a sociedade a “assumir uma cultura de participação e também uma ética de responsabilidade pública” (TEIXEIRA, 2000, p.108).

Assim, pode-se concordar que os participantes seguiram uma linha de raciocínio que coaduna com a de Petrocchi (1998), ou seja, definindo decisões básicas que articulam a política turística da região, estabelecendo ações para o desenvolvimento do turismo, a posição que se deseja ter no mercado e as estratégias dos programas e ações, como os seguintes pontos:

- Análise de tendências na priorização dos projetos indicados;
- Indicação das instituições/entidades envolvidas em cada um dos projetos e por eles responsáveis, em plenária;

- Proposta de marcação da primeira reunião para encaminhamento de decisões tomadas na oficina;
- Avaliação final das oficinas.

Com base em dados da SETUR (2002), destacam-se os procedimentos executados pelos participantes durante as oficinas:

Quadro 2 — Procedimentos executados pelos participantes durante as oficinas participativas dos circuitos turísticos

1. Os participantes das oficinas deveriam identificar os pontos fracos da atividade turística em suas regiões tendo como referência a cadeia produtiva do turismo, garantindo-se assim que todos os elos da cadeia fossem examinados e os problemas importantes não fossem esquecidos, considerando-se a satisfação do turista;
2. Os participantes deveriam trabalhar evitando focar os municípios isoladamente, mas sim considerando um conjunto de municípios organizados em função de afinidades que possibilitariam a formação de futuros circuitos turísticos;
3. As propostas de ações indicadas pelos participantes não deveriam estar restritas às demandas de obras públicas e de solicitações de apoios institucionais estaduais e federais, devendo incluir também ações cujo planejamento e cuja execução fossem responsabilidade e competência dos próprios municípios e de suas entidades representativas.
4. Levantamento de problemas em subgrupos relacionados com os elos da cadeia produtiva do turismo: atrativos, transporte (incluindo a infra-estrutura e os meios), hospedagem, alimentação, serviços turísticos (incluindo a infra-estrutura básica do município/região) e comercialização (<i>marketing</i> e receptivo);
5. Introdução do elo “gestão” na cadeia produtiva, a fim desenvolver aspectos de gestão estratégica global do turismo (municipal e regional), de articulação entre setores da sociedade e de mobilização da comunidade para o desenvolvimento turístico;
6. Levantamento, em subgrupos, dos fatores internos positivos dos municípios (forças) e dos fatores positivos do ambiente externo aos municípios (oportunidades), para o desenvolvimento turístico, tendo como referência aspectos ambientais, econômicos e socioculturais;
7. Visualização e organização das forças e oportunidades, em plenária;
8. Levantamento, em subgrupos, de propostas de projetos, considerando os problemas diagnosticados em cada elo da cadeia produtiva e as forças e oportunidades identificadas;

Fonte: Adaptado de SETUR (2002) e Emmendoerfer (2005, p. 62-3).

Esses procedimentos realizados nas oficinas, com vistas à operacionalização dos circuitos turísticos, permitiram realizar um pré-levantamento de atrativos, acessos e transportes, hospedagem, alimentação e serviços existentes nos municípios que deles participaram. Com isso, a SETUR possui um inventário preliminar dos problemas que afetam esses elos da cadeia turística, assim como das soluções propostas para resolvê-los e dos parceiros capazes de contribuir nesse sentido. Somado a isso, as oficinas também permitiram detectar que os agentes envolvidos no turismo dos municípios e circuitos, em geral, não tratam ativamente e adequadamente da comercialização de seus produtos turísticos, nem possuem sistemas de gestão que articulem a cadeia de turismo e coordenem seu funcionamento.

Além dessas oficinas de participação, a SETUR identificou a necessidade de uma maior integração entre a diretoria das instituições regionais, os gestores dos circuitos e equipes da Secretaria. Para tanto, foram realizadas mais duas oficinas de monitoria do processo de

criação dos circuitos nos municípios mineiros de Esmeraldas e Piumhi, nos meses de maio e agosto de 2002. As pessoas envolvidas no processo foram convidadas a participar de uma oficina de trabalho a fim de consolidar o processo participativo de microrregionais.

A SETUR também promoveu, até o final da gestão de 2002, mais três oficinas de gestores. A última contou com a participação de 37 gestores dos mais variados circuitos do estado (SETUR, 2002). As oficinas tinham como objetivo o monitoramento do processo, a troca de experiências entre os gestores e o estabelecimento de eixos prioritários para as ações da própria SETUR. Como se vê, o processo permitiu a inversão de papéis, pois os circuitos organizados definiam o que queriam do estado e não simplesmente realizavam o que lhes era atribuído. Percebe-se, assim, como pressupõem Avritzer e Pereira (2005, p.21), que as ações coletivas assinalam “[...] a preponderância das sociedades no que se refere ao ‘protagonismo’ do indivíduo e dos movimentos sociais. Estes assumem, concomitantemente, o papel de atores e agentes das novas formas de ação coletiva reivindicativas, e de representantes nas formas ampliadas de participação”.

Dessa forma, percebeu-se que o associativismo e o engajamento da sociedade nos circuitos turísticos refletiriam num espaço democrático de participação popular na definição dos respectivos atrativos, equipamentos e serviços turísticos que complementariam e enriqueceriam, sobremaneira, a oferta turística regional, com expressivos ganhos para os turistas e as comunidades envolvidas. Como resultados para a própria comunidade, novas possibilidades de trabalho e renda, com reflexos positivos na qualidade de vida, poderiam surgir. Ao mesmo tempo, o governo do estado de Minas Gerais identificou um novo padrão de relacionamento com a sociedade civil, sem o qual se tornaria pouco provável construir um projeto de desenvolvimento e fortalecimento da cidadania, bem como renovar o estilo de planejamento governamental. O que reforça, por meio do Guia de Desenvolvimento em Turismo Sustentável da OMT (2003), que a cooperação entre os parceiros é primordial para a conquista do turismo contínuo e sustentável, melhorando a qualidade de vida local.

Assim, a atenção dos municípios voltava-se para um interesse comum: a busca, na atividade turística, de alternativas para alcançar o desenvolvimento auto-sustentável. Implantou-se, então, um novo modo de produzir, com alicerces na sustentabilidade, que traz benefícios duradouros para as regiões com potencial turístico e garante o envolvimento gradativo das comunidades, o estímulo a uma forma de associativismo que resultaria na forma de operacionalização dos circuitos turísticos de Minas Gerais.

2.2.2 A operacionalização dos circuitos turísticos — MG: participação efetiva dos agentes

Os circuitos turísticos são formas de organização social, em que o papel da iniciativa privada organizada é fundamental (como hotelaria, restaurantes, transportadoras, artesãos de uma maneira geral, etc.), necessitando da participação efetiva do poder público, nas três esferas: municipal, estadual e federal. “O circuito é administrado por uma entidade sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, regida por um estatuto, membros da sociedade civil e do poder público e com a participação mais ativa das empresas que compõem a cadeia produtiva do turismo” (SETUR, 2002, p.11-12).

Dessa forma, dezenas de circuitos foram constituídos, sob a forma jurídica de associações, com estatutos próprios e que contemplam, em sua estrutura, o poder público, a iniciativa

privada e a sociedade civil. Dessa maneira, a formação dos circuitos turísticos tem como principais diretrizes:

- Identificar os municípios que tenham uma afinidade turística ou que se complementam turisticamente, localizados num raio aproximado de 100km;
- Mobilizar representantes do poder público, da iniciativa privada e das comunidades de cada município interessado;
- Realizar reunião de integração com a participação dos técnicos da SETUR;
- Definir, por meio da identidade comum regional dos municípios participantes, o nome do circuito turístico;
- Definir o tipo de entidade gestora: associação, agência de desenvolvimento, ONG;
- Elaborar um estatuto/ regimento interno.

No decorrer do processo, os circuitos turísticos sentiram a necessidade de uma forma de organização legítima e reconhecida. Alguns optaram por associações, outros por organizações não-governamentais, agências de desenvolvimento regionais e até mesmo OSCIP — Organização da Sociedade Civil de Interesse Público. Tais naturezas jurídicas são possíveis, dependendo do interesse das comunidades e dos interesses políticos locais, bem como da articulação que o gestor, ou a pessoa que tem a iniciativa de criar esse órgão, possui na comunidade na qual está inserido. Contudo, nas naturezas jurídicas a serem criadas e que irão compor os circuitos turísticos mineiros, deve prevalecer a finalidade não lucrativa.

Vale destacar que os circuitos não têm a conotação de organizações microrregionais de prefeituras. Participam deles empresários, comunidade, instituições de classe, o Terceiro Setor, instituições de ensino e as prefeituras que constituem um conselho regional. Nesse caso, tem-se nos circuitos turísticos, como discutem Pereira (2000), Avritzer e Pereira (2005) e Gaudin e Pereira (2005), um “órgão híbrido”, cuja forma institucional envolve a partilha de espaços de deliberação entre representações do estado e da sociedade como forma de gestão das políticas públicas. O tipo de hibridismo como característica da sociedade civil discutida por Avritzer e Pereira (2005) seria do tipo não-paritário e de maior influência de organizações que compõem a cadeia produtiva do turismo, como apontado pela SETUR no início desta subseção.

Com base nessa formação, surge a necessidade de um gestor para o circuito que seria o responsável pelas ações definidas nas reuniões e o elo entre o circuito turístico/Secretaria de Estado de Turismo/municípios/comunidades e parceiros. A SETUR subsidiou, por um período de três meses, a remuneração desse gestor contribuindo com os municípios para que os primeiros passos pudessem ser dados. Quem indicava e escolhia o gestor eram os próprios membros do circuito. Por isso, o gestor passou a ser fundamental, com o perfil de profissional do turismo, empreendedor, comunicativo, com espírito de liderança e carisma, devendo residir na região que abrange o circuito para lidar com as diferentes posições dos participantes do circuito e ter uma macrovisão da cadeia produtiva do turismo. Contudo o papel, as funções e as dificuldades de mediação dos gestores ou das lideranças associativas na co-produção das políticas públicas não foram aprofundados neste trabalho, porém são alvo de discussões de Lascoumes (1994), Dubois (1997), Emmendoerfer e Emmendoerfer (2004).

Entende-se assim que o gestor carismático não seria aquele, segundo o modelo weberiano, que possui a ética por convicção e a política como vocação, mas sim aquele indivíduo cujo engajamento é distanciado, em que o alcance social encontra-se em jogo, preponderando a ética da responsabilidade, numa combinação de ideais coletivos com valores individuais (MELLUCCI, 1996; ION, 1997).

O gestor, além de ter outras atribuições deve atender às solicitações do conselho regional criando oportunidades de negócios e arrecadação de recursos. Os recursos vêm predominantemente das contribuições dos associados, das taxas de adesão, das contribuições mensais de seus membros — na sua maioria as prefeituras dos municípios, as instituições privadas que fazem parte da cadeia produtiva do turismo local (hoteleiro, pousadas, restaurantes, postos de gasolina) e que aderiam oficialmente ao circuito — e da realização de eventos e de parcerias com instituições do estado. Os recursos são importantes para manter a sede do circuito, o trabalho do gestor, a promoção turística do circuito, incluindo participação em feiras e eventos e confecção do material impresso promocional. Nota-se aqui uma atribuição fundamental do gestor e dos demais agentes participantes dos circuitos turísticos, possibilitado pelo processo de democratização do estado e da sociedade, que é “o controle social e público sobre as políticas públicas, ou seja, o controle e o monitoramento do uso dos recursos públicos” (TEIXEIRA, 2000, p.108).

Os circuitos turísticos são uma forma de organização criada para ser descentralizada e sua governança ocorre com o envolvimento dos níveis mais baixos da sociedade civil, possibilitando a participação de organizações locais e até mesmo de cidadãos no processo decisório. Nesse sentido, com base nos estudos de Selznick (1972, p.13), acredita-se que os circuitos turísticos são um exemplo importante de cooptação ou “[d]o processo de absorver novos elementos na liderança ou na estrutura de planejamento estratégico de uma organização como meio de evitar ameaças à sua estabilidade ou existência”.

Na visão da SETUR, uma das críticas e dificuldades no que toca à organização dos circuitos turísticos reside no seguinte aspecto: eles buscam organizar-se, mas falta a descentralização das ações na própria associação — nota-se aqui que a cooptação tratada, com base em Selznick (1972), atua nos dois sentidos, em que os circuitos turísticos em si são influenciados pelos novos indivíduos trazidos ao processo decisório. Assim, para a SETUR é preciso que a associação dos circuitos turísticos divida-se em câmaras setoriais, com uma pessoa para cuidar do *marketing*, outra para buscar recursos, que se consiga um gestor que conheça a região, que seja comunicativo, empreendedor, que não seja político, e sim o articulador entre o poder público e a iniciativa privada. O problema muitas vezes está na competência, pois não adianta capacitar se a pessoa não está preparada para exercer a função (EMMENDOEFER, 2005). Outro fator é a localização da sede gestora dos circuitos que, muitas vezes, se encontra em prefeituras, ou não possui lugar físico. Contudo apenas o cargo de gestor é remunerado no circuito turístico, os outros, como o de presidente, são voluntários, fazendo com que essas pessoas tenham uma segunda ocupação e, assim, não dêem importância, não se responsabilizem ou não valorizem devidamente a organização do circuito. Ante tal fato, vale destacar a necessidade de evocar cada vez mais a participação popular porque se entende que as políticas públicas dependem da mobilização.

O canal do conselho é importante enquanto o conselho operar. Se o conselho estiver fragilizado do ponto de vista de defesa dos interesses coletivos, é

responsabilidade das entidades da sociedade civil se manifestarem, cobrando que o conselho readquirira seu caráter decisório (BAVA, 2000, p. 69).

Já os dirigentes que fazem parte do circuito turístico têm como funções:

- Fazer cumprir o estatuto e o regimento interno;
- Dirigir e coordenar todas as ações do circuito turístico;
- Elaborar o plano de ações e o orçamento anual do circuito turístico;
- Elaborar periodicamente relatório de prestação de contas referente a recursos financeiros, convênios firmados, orçamentos e outras ações.

Entende-se que a SETUR apenas acompanha o processo de organização dos circuitos turísticos, não intervém nas decisões e orienta para que eles obtenham melhores resultados. Como a proposta da política pública de turismo de Minas Gerais foi um processo inovador, não existindo modelos que poderiam ser copiados ou adaptados, os modelos de organização e gestão, portanto, construíram-se com base em experiências de cada região. Não houve nenhuma influência da SETUR para uniformizar ou padronizar o tipo de organização e os métodos de gestão dos circuitos. Conforme relatórios da SETUR (2002), verificou-se posteriormente que a forma jurídica com melhor desempenho foi a de organizações em forma de associações.

No entanto, percebe-se ainda que é preciso levar ao conhecimento das autoridades públicas e empreendedores dessas regiões as informações necessárias sobre o Projeto Circuitos Turísticos do Estado, visando à inclusão de todos os 853 municípios mineiros nessa importante política governamental de desenvolvimento do turismo, possibilitando assim a democratização de todos os seus benefícios.

Concorda-se com Teixeira (2000) que o conselho regional de um circuito turístico seja um órgão de defesa do interesse público e que a política pública, no entanto, para o turismo seja tudo o que os governos decidam fazer ou não em relação ao setor. Entretanto, as decisões em favor do mesmo carecem de eficiência no que tange às implementações de tais políticas, havendo uma variação do envolvimento dos órgãos governamentais no que se refere às políticas para o turismo. No caso dos circuitos turísticos há uma distância entre as leis e a realidade encontrada em cada cidade pertencente ao circuito. As diferenças das relações políticas e partidárias entre os municípios constituintes do circuito, assim como as intenções em relação ao desenvolvimento do turismo, colocam as localidades em patamares diferentes, às vezes, impossibilitando um desenvolvimento integrado do circuito como um todo. Para Avritzer e Pereira (2005, p.311), é importante compatibilizar a participação direta ou semidireta com a representação política, pois

o funcionamento do conselho depende, também, da composição do poder político o que faz com que os processos eleitorais e a escolha dos representantes executivos e legislativos sejam importantes para a ampliação da capacidade de efetividade e eficácia dos conselhos, sobretudo no que diz respeito à consecução de políticas voltadas para os interesses populares.

Durante a gestão da Secretaria de Estado de Turismo — 1999/2002 — foi induzida a organização de 43 circuitos turísticos. A metodologia (oficinas) adotada, de construção participativa do processo, foi uma das grandes responsáveis por garantir a continuidade política por parte do estado na atual administração — 2003/2007. A comunidade local, a

iniciativa privada e o poder público municipal fizeram o pleito em favor da continuidade da política dos circuitos turísticos, ainda durante o processo eleitoral, para todos os candidatos ao governo do estado. Dessa forma, foi elaborado um documento oficial, assinado pelos representantes de 38 circuitos e entregue aos candidatos.

Assim, o atual governo de Minas Gerais não só prosseguiu com a política pública dos circuitos turísticos por meio da SETUR, em 2003, mas também institucionalizou os circuitos, conforme Decreto n.º 43.321, já citado anteriormente. Esse foi um passo importantíssimo para de fato legitimar os circuitos turísticos mineiros. Além disso, elegeram os como uma das três prioridades do governo atual para o desenvolvimento do turismo. Um outro passo fundamental a destacar foi a Resolução n.º 006/2005 da SETUR que instituiu o Certificado de Reconhecimento dos Circuitos Turísticos que estabelece critérios para a seleção dos circuitos turísticos que serão contemplados com o PRT — Roteiros do Brasil — e também prioritários no orçamento do governo do estado. Esses critérios seguiram algumas orientações do MTur. No entanto, para obter informações a respeito do desenvolvimento turístico dos municípios que compõem os circuitos turísticos, a SETUR baseia-se na Resolução de Certificado de Reconhecimento, na qual verifica a viabilidade técnica, jurídica e financeira do circuito. Nesse sentido, os circuitos que estiverem certificados terão prioridade na alocação dos recursos da SETUR

Por meio do artigo 5.º dessa mesma Resolução e dos documentos solicitados ao circuito turístico, é possível obter indicadores para medir o monitoramento dessas ações realizadas nos municípios que fazem parte dos circuitos, como levantamento da oferta turística, plano de ação, relatório de pesquisa de demanda, calendário oficial de eventos semestrais e roteiros turísticos anuais. Porém esse monitoramento ocorre de forma indireta sem intervenção da SETUR, pois não existe a exigência para que essas ações ocorram no prazo estipulado pelo circuito, até porque dependem de verbas que, às vezes, não são repassadas; assim, é possível verificar se as ações foram realmente efetivadas após o momento em que o circuito turístico resolve renovar sua certificação, entregando os documentos comprobatórios de suas ações.

Em Minas Gerais, a Secretaria de Turismo presta o assessoramento técnico ao circuito no processo de reconhecimento da administração pública estadual. Se toda a documentação é aprovada, o circuito recebe um certificado de reconhecimento, pois, a partir do ano de 2006, quando a nova Resolução entrou em vigor, a proposta que se estabeleceu foi a de receber-se um selo de circuito turístico certificado, vigente por ano de exercício.

Dessa forma, estando o circuito certificado pela SETUR, passa a figurar como região prioritária para a implantação dos programas de desenvolvimento do turismo, tais como obras de infra-estrutura, sinalização turística, saneamento básico, formatação de cursos de qualificação da mão-de-obra local, inclusão em campanhas de divulgação e *marketing* da Secretaria, viabilização para participação em feiras e eventos nacionais, como a da ABAV e o Salão do Turismo, e internacionais, apoio na aprovação de projetos de desenvolvimento turístico regional, via Fórum Estadual de Turismo, visando à captação de verbas do MTur.

Portanto, diante da exposição realizada, essa política pública, facilitada e continuada pelo atual governo, promove uma participação efetiva dos agentes (representantes estatais e da sociedade civil), que também pode ser sustentada pelo número de circuitos turísticos já legalmente constituídos no estado, que já perfazem um total de 51, organizados e institucionalizados, abrangendo 546 municípios mineiros, ou seja, 64% do estado de MG.

Vale lembrar que vinte já foram certificados pela Secretaria de Estado de Turismo, incluindo Belo Horizonte, e quatro estão em processo de certificação (outubro/2005).

Ainda com a missão de criar oportunidades de novos negócios voltados ao fomento da atividade turística, o SEBRAE/MG, também parceiro nas ações que envolvem os circuitos turísticos no estado, possui, por meio do Setor de Turismo, projetos de investimento social privado, embasados em uma metodologia no conceito de desenvolvimento sustentável. Visando ao monitoramento, que constitui um instrumento, a GEOR (Gestão Estratégica Orientada para Resultados) delimita a forma como o agente SEBRAE trabalha com seus parceiros para um melhor desenvolvimento do turismo nos municípios dos circuitos. Trata-se de um projeto metodológico que tem como propósito, na área do turismo, realizar o levantamento da situação do circuito turístico, antes do início efetivo das ações que serão implementadas pelo SEBRAE/MG com o objetivo de incrementar a produção, diminuir os custos e, conseqüentemente, aumentar a renda, aumentar o número de empregos diretos nos municípios e ainda melhorar o nível de cooperação entre os empresários do setor, ampliando o acesso a novos mercados. Um exemplo de implantação dessa ação realizada pelo SEBRAE/MG por meio da metodologia GEOR é o caso do projeto vitrine Turismo no Circuito da Canastra que hoje é monitorado pelo SEBRAE Nacional e pode ser acompanhado pela comunidade pela internet verificando o andamento de suas ações (SEBRAE, 2006).

A título de ilustração de uma das parcerias existentes na relação estado e sociedade no desenvolvimento dos circuitos turísticos — MG, escolheu-se o SEBRAE/MG que formalizou a sua participação com a Superintendência de Política e Fomento do Turismo na SETUR para a execução dessa política por meio do Convênio n.º 72.592/2005 para viabilizar o desenvolvimento do programa de organização e capacitação dos circuitos turísticos.

Foram programados 115 cursos de capacitação profissional pelo SEBRAE/MG, beneficiando os 25 circuitos turísticos certificados ou em processo de certificação. Nota-se que essa parceria com a SETUR melhorou, nos últimos anos, com a entrada do atual governo; pois, antes, na gestão passada, o SEBRAE era visto como um concorrente e não como um parceiro, existia, portanto, muita dificuldade para implantarem-se ações de desenvolvimento local nos municípios. Atualmente, a atuação do SEBRAE deixou de somente atender a municípios isolados, para atender aos ditames da política pública dos circuitos turísticos de Minas Gerais.

Atualmente o SEBRAE/MG trabalha com 17 circuitos turísticos no Programa de Turismo, desenvolvendo ações e projetos para o desenvolvimento do turismo nesses municípios e regiões. Em alguns circuitos do sul de Minas, o SEBRAE/MG vem trabalhando a forma de resgatar a organização e formação da Associação, retomando assim suas atividades. Há outro caso, na região do norte de Minas, em que a mobilização da comunidade despertou o interesse do SEBRAE/MG a trabalharem juntos desenvolvendo um projeto turístico para o circuito. Assim, muitas vezes, supre, nessas atividades (pelas diversas microrregionais que o SEBRAE/MG possui espalhadas pelo estado), a falta de presença do corpo técnico reduzido da SETUR.

Dessa forma, a atuação do SEBRAE/MG no desenvolvimento do turismo ocorre após a realização de várias reuniões com a comunidade, representantes de órgãos públicos, privados e a Associação do circuito, de forma participativa, com a condução de um

consultor credenciado pelo SEBRAE/MG. Para ter o SEBRAE no desenvolvimento da atividade turística e garantir a sustentabilidade do projeto, o município deverá atender a alguns pré-requisitos: (a) existência de potencialidade turística a ser trabalhada; (b) fazer parte de um circuito turístico; (c) interesse e comprometimento das lideranças locais — poder público e empresariado para o desenvolvimento do Programa. Essa metodologia GEOR que faz concretizar o projeto é para a SETUR o plano de ação que cada circuito turístico necessita para a renovação de seu certificado (EMMENDOERFER, 2005).

3. Conclusões e considerações finais

A descentralização proposta pelo atual governo favorece a forma de administração e organização da política pública do turismo em Minas Gerais, no que diz respeito à diminuição das disfunções da burocracia e à autonomia da realização das ações voltadas ao turismo. Nota-se, assim, que a ação estatal, conforme Avritzer e Pereira (2005), revela um estado propositor das políticas públicas. Entretanto, notou-se na Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais uma perda do controle na execução dessas ações diante da formação dos circuitos turísticos, uma vez que o acompanhamento, por meio do Plano de Ações realizado pela parceria do SEBRAE que cada circuito desenvolve, não possui o comprometimento de que essas ações serão efetivamente realizadas na prática. Um dos motivos levantados pela SETUR pela falta de monitoramento e cobrança das ações praticadas pelos circuitos turísticos é a falta de verbas, pois muitos circuitos são mantidos por entidades públicas que acabam por deixar para segundo plano a realização de pesquisas do setor.

Ante a regionalização da atividade turística mineira, concorda-se com Avritzer e Pereira (2005) que os conselhos regionais dos circuitos turísticos devam transcender as políticas locais e venham compor uma rede plural da política para o turismo em MG, envolvendo uma variedade de parceiros, característica de uma forma descentralizada de governança pública.

Acredita-se que a análise e os resultados contidos neste artigo contribuam com a descrição da formação dos circuitos turísticos como política pública para o desenvolvimento sustentável do turismo em Minas Gerais na óptica da governança sociopolítica que, segundo Avritzer e Pereira (2005), independente do segmento, é um desafio da análise da democracia no Brasil após os anos 1990, bem como das políticas públicas no âmbito nacional. Assim como esses autores, a intenção desta pesquisa foi aprofundar o conhecimento sobre esse espaço de interseção entre estado e sociedade no segmento do turismo, o qual merece mais análises para a sua compreensão, ressaltando as diferentes atribuições políticas, a relação com a esfera privada e as dimensões deliberativas existentes nessa relação.

Vale atentar para o fato de que as políticas relacionadas com o desenvolvimento do turismo, com base na análise realizada neste trabalho, tendem a ser definidas em diferentes formatos administrativo-jurídicos (associações, ONG's, Agências de Desenvolvimento Regional e OSCIP's) e, de modo compartilhado (DUBOIS, 1997), entre o setor público e a iniciativa privada, as entidades de classe e comunitárias, organizações não-governamentais ambientalistas e sociais, universidades, órgãos de fomento e de capacitação como o SEBRAE/MG (um dos principais atores gerenciais dos circuitos turísticos) e com a

comunidade receptora. Verifica-se, assim, conforme Avritzer e Pereira (2005), uma significativa preponderância da sociedade nesse formato de relação estado e sociedade, na qual todos os participantes possuem papéis específicos e fundamentais para colocar a política dos circuitos turísticos em funcionamento contínuo, tornando-a sustentável, como ocorreu no período de 2000-2005, mesmo com mudanças do governo estadual com identidades partidárias distintas.

Nesse sentido, uma iminente preocupação surge: a continuidade da política pública dos circuitos turísticos em Minas Gerais em relação à mudança de mandato político. Contudo o estudo sobre a política pública setorial — denominada Circuitos Turísticos em MG — estimula a reflexão sobre a possibilidade de aplicá-la em outros estados brasileiros como uma nova forma de atuação ou de incremento mais abrangente para o desenvolvimento do turismo num contexto nacional, visto que o Plano Nacional de Turismo — PNT institui que, para que ocorra o andamento adequado das ações de turismo nos estados da federação, deva acontecer de forma regionalizada.

Referências

- AVRITZER, Leonardo. Modelos de deliberação democrática. In: SANTOS, Boaventura de Souza (org.). Democratizar a democracia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- e PEREIRA, Maria de Lourdes Dolabela. Democracia, participação e instituições híbridas. Teoria e sociedade, Belo Horizonte, n.º especial, p. 16-41, maio 2005.
- BAVA, Silvio Caccia. In: CARVALHO, Maria do Carmo A. A. e TEIXEIRA, Ana Cláudia C. (orgs.). Conselhos gestores de políticas públicas. Pólis, São Paulo, n.º 37, p.68-70, 2000.
- BENI, Mário C. Análise estrutural do turismo. 3. ed. São Paulo: SENAC, 2001.
- BRASIL. Constituição da República Federativa de 1988. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 1996.
- DIAS, Reinaldo. Planejamento do turismo. São Paulo: Atlas, 2003.
- DUBOIS, Jérôme. La network analysis comme outil d'investigation. In: Communautés de politiques publiques et projets urbains. Paris, L'Harmattan, 1997, cap.5, p.142-61.
- EMMENDOERFER, Luana. Análise da política pública de regionalização do turismo em Minas Gerais. São José, 2005. Monografia (Trabalho de conclusão de curso de Turismo e Hotelaria). Universidade do Vale do Itajaí.
- EMMENDOERFER, Magnus L. e ———. Quais as evidências para o turismo sustentável no Brasil?. Turismo em Análise, Aelph/USP, vol.12, n.º 2, p.166-84, 2004.
- GAUDIN, Jean Pierre. Les nouvelles politiques. CAPES/COFECUB 2003. Trad. Maria de Lourdes D. Pereira. Paris: Presses Universitaires de France, 2005.
- ION, Jacques. La fin de militants?. Paris: Les Éditions de l'Atelier, 1997.
- LASCOUMES, Pierre. L'Éco-pouvoir, environnement e politiques. Paris: La Découverte, 1994.
- MELUCCI, Alberto. Challenging codes. Cambridge: Cambridge Press, 1996.

MINAS GERAIS. Decreto n.º 43.321, 08 de agosto de 2003. Reconhecimento dos circuitos turísticos. 212.º da Inconfidência Mineira. Belo Horizonte, 2005.

MINAS GERAIS. Lei n.º 13.341, de 28 de outubro de 1999. Criação da Secretaria de Estado do Turismo. Belo Horizonte, 2005.

MTUR — Ministério do Turismo. Plano Nacional de Turismo. Diretrizes, metas e programas. 2003/2007. Disponível em: <<http://institucional.turismo.gov.br/>>. Acesso em: dez. 2005.

OMT — Organização Mundial do Turismo. Guia de desenvolvimento em turismo sustentável. Porto Alegre: Bookman, 2003.

PEREIRA, Maria de L. Dolabela. Negociações e parcerias. Teoria e sociedade, Belo Horizonte, n.º 6, p. 212-44. out. 2000.

SANTOS, Boaventura de Souza (org.). Democratizar a democracia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SEBRAE — Serviço brasileiro de apoio às micro e pequenas empresas. SIGEOR. Disponível em: <<http://www.sigeor.sebrae.com.br/>>. Acesso em: dez. 2006.

SEBRAE/MG — Serviço brasileiro de apoio às micro e pequenas empresas de Minas Gerais. Convênio n.º 72.592. Belo Horizonte, 2005.

SELZNICK, Philipe. A liderança na administração. Rio de Janeiro: FGV, 1972.

SETUR — Secretaria de Estado do Turismo. Decreto 43.231, de 27 de março de 2003. Reorganização da Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2005a.

SETUR — Secretaria de Estado do Turismo. Política estadual de turismo. Disponível em: <http://www.turismo.mg.gov.br/Pagina_setur/setur.htm>. Acesso em: dez. 2005b.

SETUR — Secretaria de Estado do Turismo. Relatório de atividades da SETUR. 1999/2002. Belo Horizonte, 2002.

TEIXEIRA, Elenaldo. Conselhos de políticas públicas. In: CARVALHO, Maria do C. A. A. e TEIXEIRA, Ana C. C. (orgs.). Conselhos gestores de políticas públicas. Pólis, São Paulo, n.º 37, p.97-120, 2000.